Ata da Trigésima Quarta Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Canoinhas, referente à segunda sessão legislativa da décima oitava legislatura da Câmara Municipal de Canoinhas. Aos doze dias do mês de junho de 2018, às dezenove horas, na sede da Câmara, compareceram os seguintes Vereadores: Camila Lima, Chico Mineiro, Paulinho Basílio, Norma Pereira, Wilmar Sudoski, Coronel Mário, Paulo Glinski, Telma Bley e Edmilson Verka. Registrando o livro de presença o comparecimento de nove vereadores. O Presidente declarou aberta a presente reunião colocando em discussão a ata da reunião anterior, a mesma foi colocada em votação sendo aprovada pela unanimidade. EXPEDIENTE: Ofício n.º 47, nº 049 e nº 050/2018, do Executivo, encaminhando os sancionamentos do Projetos de Leis nº 45, 51, 63, 55, 46, 12, 70, 65, 72, 71, 74, 76, 66/2018. Ofício n.º 020/2018, do AEVC, requerendo informações sobre o Projeto de Lei Complementar nº 002/2018. Ofício n.º 015/2018, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Requerimento nº 319/2018, de autoria do Vereador Coronel Mário. Ofício n.º 016/2018, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Requerimento nº 268/2018, de autoria da Vereadora Telma Bley. Ofício n.º 144/2018, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em resposta a Indicação nº 174/2018, de autoria do vereador Coronel Mário. Ofício n.º 121/2018, da Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento nº 316/2018, de autoria da vereadora Norma Pereira. Ofício n.º 123/2018, da Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento nº 309/2018, de autoria do vereador Coronel Mário. Ofício n.º 122/2018, da Secretaria Municipal de Planejamento, em resposta ao Requerimento nº 313/2018, de autoria do vereador Coronel Mário. Ofício n.º 48/2018, do PROCON Canoinhas, em resposta ao Requerimento nº 305/2018, de autoria do vereador Wilmar Sudoski. Ofício n.º 197/2018, do Deputado Estadual João Amin, encaminhando Indicação de sua autoria sobre a Unidade Fazendária Estadual. Ofício n.º 80/2018, da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 049/2018, de autoria de toda edilidade. Ofício n.º 81/2018, da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 107/2018, de autoria de toda edilidade. Ofício n.º 82/2018, da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 199/2018, de autoria dos vereadores Camila Lima, Paulinho Basílio e Norma Pereira. Ofício n.º 87/2018, da Secretaria de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 106/2018, de autoria de toda edilidade. Ofício n.º 34/2018, da Academia de Letras do Brasil - Canoinhas, agradecendo a cessão do plenário para a realização da sessão solene. Ofício n.º 42/2018, da Secretaria Municipal de Saúde, agradecendo a participação desta Casa de Leis no evento Seminário das Profissões. Ofício n.º 052/2018, do Executivo, encaminhando mensagem em Regime de Urgência. Projeto de Lei nº 82/2018 que "Abre crédito adicional através da superavit financeiro". Ofício n.º 181/2018, do Executivo, encaminhando mensagem. Projeto de Lei nº 83/2018 que "Cria cargo de contador vinculado ao Instituto Canoinhense de Previdência - ICPREV e estabelece normas para a contratação de pessoal para atuação junto estrutura funcional da autarquia e adota outras providências". Ofício n.º 176/2018, do Executivo, encaminhando mensagem em Regime de Urgência. Projeto de Lei nº 84/2018 que "Disciplina a concessão de gratificação para as Comissões

Permanentes de Licitação, de Sindicância e de Processo Administrativo". Ofício n.º 182/2018, do Executivo, encaminhando mensagem. Projeto de Lei Complementar nº 03/2018 que "Altera a Lei Complementar nº 54/2016 e dá outras providências". Requerimento n.º 369/2018 de autoria da vereadora Camila Lima, requer que seja encaminhado ofício ao senhor Herbert Groskopf Junior, Gerente Geral da CASAN, e ao senhor Adir Faccio, Diretor Geral da ARIS-SC. Considerando o Requerimento nº 001/2018 (em anexo), aprovado por essa Casa de Leis que solicitava em sua alínea: a) Se é devido a todos os consumidores o pagamento da taxa de religação; Considerando a resposta do Requerimento recebida através CT/D – 0186, da Companhia de Águas e Saneamento (em anexo), onde citando o art. 127 da Resolução Normativa nº 001/2011 da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento informa que é devida a todos os consumidores o pagamento da taxa de religação; Considerando o § 4º do mesmo art. 127 da Resolução Normativa nº 001/2011, não mencionado na resposta do Requerimento: Art. 127 - O prestador de serviços, desde que requerido, poderá cobrar dos usuários os seguintes serviços: IV - religação de unidade usuária; § 4º - Ao serviço relacionado no inciso IV, fica vedada ao prestador de serviços a cobrança de tal serviço após a purgação da mora por parte do usuário inadimplente enquadrado em regime especial de tarifa social ou de baixa renda, assim homologada pela ARIS. Considerando que o fornecimento de água é essencial, cuja fruição é inerente à dignidade da pessoa humana, admitida sua suspensão em situações excepcionais; Considerando que a cobrança da taxa de religação onera desproporcionalmente as famílias de baixa renda; Solicitamos os seguintes esclarecimentos: a) Se houve alguma cobrança de taxa de religação para usuários enquadrados em regime especial de tarifa social ou de baixa renda; b) Se houve a homologação pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/SC do regime especial citado na alínea anterior; c) Em caso negativo da alínea b, por que ainda ainda não foi realizado; d) Caso já tenha ocorrido a homologação, e tenha sido realizada a cobrança citada na alínea a, solicitamos as medidas legais cabíveis por parte da Agência Reguladora. Requerimento n.º 370/2018 de autoria da vereadora Norma Pereira, requer que seja encaminhado ofício ao senhor Cláudio Henrique Mathias, Gerente Regional de Saúde, solicitando informações sobre o andamento dos serviços realizados pela Gerencia de Saúde de Canoinhas, como a distribuição de insumos, medicamentos judiciais, autorizações de exames com média complexidade, bem como ficará a situação da rede de frio. Requerimento n.º 371/2018 de autoria dos edis Wilmar Sudoski e Norma Pereira, requerem que seja encaminhado ofício ao senhor Altemir Cordeiro, Gerente Executivo do INSS de Joinville-SC, solicitando as seguintes informações: a) Se o INSS fornece o banco de dados dos aposentados e pensionistas às operadoras de cartão de crédito e as instituições financeiras; b) Se existe a possibilidade destas instituições financeiras terem informações antecipadas dos processos de aposentadoria mesmo antes do contribuinte; c) Caso tenha conhecimento deste caso, está sendo tomada alguma providência no sentido de preservar o sigilo pessoal dos aposentados e pensionistas como telefones, endereços e demais dados pessoais. Requerimento n.º 372/2018 de autoria do edil Coronel Mário, requer que seja encaminhado ofício

ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Gilberto dos Passos, solicitando as seguintes informações: O termo de convênio celebrado entre o município e a Secretaria de Estado da Segurança, para aquisição e manutenção do sistema de Monitoramento de Câmeras de Segurança, do projeto Bem- te- vi encontra-se vigente. Qual a empresa responsável pela manutenção e qual o valor pago mensalmente para a manutenção das Câmeras instaladas no município. Requerimento n.º 373/2018 de autoria de toda edilidade presente, requerem que seja encaminhado ofício ao Senhor Coronel PM Carlos Alberto de Araújo Gomes Junior, Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando a destinação de duas Viaturas para o 3º Batalhão de Polícia Militar, que estão sendo adquiridas pelo Estado, bem como a formulação de Termo de Convênio para aquisição de quatro Câmeras para as atividades de segurança das instituições que compõe o sistema de segurança do município. Requerimento n.º 374/2018 de autoria de toda edilidade presente, requerem que seja encaminhado ofício ao Senhor Alceu de Oliveira Pinto Junior, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de duas Viaturas para a Polícia Civil que estão sendo adquiridas pelo Estado. Indicação n.º178/2018 de autoria do edil Wilmar Sudoski, que solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Gilberto dos Passos, e ao Senhor Luiz Alceu Witt Junior, Diretor do DETRACAN, a instalação de um redutor de velocidade na rua Alvino Voigt, entre os números 2.225 a 2.260, bairro Campo da Água Verde. GRANDE EXPEDIENTE: O Presidente pediu um minuto de silêncio em memória do Ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis, falecido na data de hoje. ORDEM DO DIA: Entraram em segunda discussão e votação os Pareceres da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização ao Projeto de Lei nº 68/2018 que, "Institui a Semana de Conscientização e Incentivo à Preservação do Patrimônio Público no Município de Canoinhas e dá outras providências", sendo o projeto aprovado pela unanimidade. Entraram em primeira discussão e votação os Pareceres da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização ao Projeto de Lei nº 77/2018 que "Abre crédito adicional através da Anulação de Dotações Orçamentárias", sendo o projeto aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento n.º 369/2018 de autoria da vereadora Camila Lima, requer que seja encaminhado ofício ao senhor Herbert Groskopf Junior, Gerente Geral da CASAN, e ao senhor Adir Faccio, Diretor Geral da ARIS-SC. Considerando o Requerimento nº 001/2018 (em anexo), aprovado por essa Casa de Leis que solicitava em sua alínea: a) Se é devido a todos os consumidores o pagamento da taxa de religação; Considerando a resposta do Requerimento recebida através CT/D – 0186, da Companhia de Águas e Saneamento (em anexo), onde citando o art. 127 da Resolução Normativa nº 001/2011 da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento informa que é devida a todos os consumidores o pagamento da taxa de religação; Considerando o § 4º do mesmo art. 127 da Resolução Normativa nº 001/2011, não mencionado na resposta do Requerimento: Art. 127 - O prestador de serviços, desde que requerido, poderá cobrar dos usuários os seguintes serviços: IV - religação de unidade usuária; § 4º - Ao serviço relacionado no inciso IV, fica vedada ao prestador de serviços a cobrança de tal serviço após a

purgação da mora por parte do usuário inadimplente enquadrado em regime especial de tarifa social ou de baixa renda, assim homologada pela ARIS. Considerando que o fornecimento de água é essencial, cuja fruição é inerente à dignidade da pessoa humana, admitida sua suspensão em situações excepcionais; Considerando que a cobrança da taxa de religação onera desproporcionalmente as famílias de baixa renda; Solicitamos os seguintes esclarecimentos: a) Se houve alguma cobrança de taxa de religação para usuários enquadrados em regime especial de tarifa social ou de baixa renda; b) Se houve a homologação pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS/SC do regime especial citado na alínea anterior; c) Em caso negativo da alínea b, por que ainda ainda não foi realizado; d) Caso já tenha ocorrido a homologação, e tenha sido realizada a cobrança citada na alínea a, solicitamos as medidas legais cabíveis por parte da Agência Reguladora. Com a palavra a Vereadora Camila Lima lembrou que possui um Projeto de Lei que trata da taxa de religação de água, sendo necessária a resposta deste requerimento para tramitação do projeto, ao que foi apoiado o conteúdo pelo Vereador Coronel Mário, sendo o requerimento aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento n.º 370/2018 de autoria da vereadora Norma Pereira, requer que seja encaminhado ofício ao senhor Cláudio Henrique Mathias, Gerente Regional de Saúde, solicitando informações sobre o andamento dos serviços realizados pela Gerencia de Saúde de Canoinhas, como a distribuição de insumos, medicamentos judiciais, autorizações de exames com média complexidade, bem como ficará a situação da rede de frio, sendo o requerimento aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento n.º 371/2018 de autoria dos edis Wilmar Sudoski e Norma Pereira, requerem que seja encaminhado ofício ao senhor Altemir Cordeiro, Gerente Executivo do INSS de Joinville-SC, solicitando as seguintes informações: a) Se o INSS fornece o banco de dados dos aposentados e pensionistas às operadoras de cartão de crédito e as instituições financeiras; b) Se existe a possibilidade destas instituições financeiras terem informações antecipadas dos processos de aposentadoria mesmo antes do contribuinte; c) Caso tenha conhecimento deste caso, está sendo tomada alguma providência no sentido de preservar o sigilo pessoal dos aposentados e pensionistas como telefones, endereços e demais dados pessoais. Com a palavra o Vereador Wilmar Sudoski citou a enorme quantidade de ligações que são recebidas pelo aposentados oferecendo uma infinidade de serviços de créditos, sendo que mesmo antes das liberações das aposentadorias há consultas de serviços. Com a palavra a Vereadora Norma Pereira citou os problemas do sistema do INSS para informar o andamento dos benefícios, sendo que essas informações acabam vazando para outras empresas e forma irregular. Com a palavra o Vereador Paulo Glinski citou ainda a questão das perícia médicas, onde da mesma forma são repassadas informações à terceiros, que acabam prejudicando os segurados, sendo o requerimento aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento n.º 372/2018 de autoria do edil Coronel Mário, requer que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Gilberto dos Passos, solicitando as seguintes informações: O termo de convênio celebrado entre o

município e a Secretaria de Estado da Segurança, para aquisição e manutenção do sistema de Monitoramento de Câmeras de Segurança, do projeto Bem-te-vi encontra-se vigente. Qual a empresa responsável pela manutenção e qual o valor pago mensalmente para a manutenção das Câmeras instaladas no município. Com a palavra o Vereador Coronel Mário justificou seu requerimento, sendo o mesmo aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento n.º 373/2018 de autoria de toda edilidade presente, requerem que seja encaminhado ofício ao Senhor Coronel PM Carlos Alberto de Araújo Gomes Junior, Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando a destinação de duas Viaturas para o 3º Batalhão de Polícia Militar, que estão sendo adquiridas pelo Estado, bem como a formulação de Termo de Convênio para aquisição de quatro Câmeras para as atividades de segurança das instituições que compõe o sistema de segurança do município. Com a palavra o Coronel Mário citou que há uma nova tecnologia adquirida pelo Estado para identificação dos veículos, sendo o requerimento aprovado pela unanimidade. Entrou em discussão e votação única o Requerimento n.º 374/2018 de autoria de toda edilidade presente, requerem que seja encaminhado ofício ao Senhor Alceu de Oliveira Pinto Junior, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de duas Viaturas para a Polícia Civil que estão sendo adquiridas pelo Estado. Com a palavra o Vereador Coronel Mário justificou seu requerimento, sendo o mesmo aprovado pela unanimidade. Com a palavra o Vereador Paulo Glinski citou dois ofícios recebidos, um pela Associação de Arquitetos e Engenheiros do Vale do Canoinhas – AEVC e outro da Associação Comercial e Industrial de Canoinhas – ACIC, onde as entidades se manifestam sobre Projeto de lei em tramitação na Casa. Aproveitou o vereador para solicitar um requerimento verbal ao Executivo, solicitando as seguintes informações: - Relação de todos os loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal de Canoinhas desde o vigor do Plano Diretor de Canoinhas, com a informação de quem foi o servidor público responsável pela analise técnica dos mesmos, bem como, quem os aprovou; - Se foram respeitados nos loteamentos aprovados, a metragem de largura de vias públicas, prevista na legislação municipal; - A especificação do responsável técnico por estes loteamentos, com as respectivas ARTs. Continuando citou o Vereador Paulo Glinski que década de 80, início da década de 90, foi apresentado um projeto sobre a obrigatoriedade de pavimentação para liberação de loteamentos, no entanto em muitos casos os loteamentos foram aprovados sem a pavimentação, causando uma série de problemas para o município e para muitas pessoas. Então da mesma forma hoje precisamos saber como foram aprovados os loteamentos desde a vigência do Plano Diretor, que estabelecia determinada largura de vias, pois da mesma forma que no passado, se foram aprovados em desacordo com a legislação vigente poderão sofrer ações judiciais. E com base nessas informações que vierem a ser recebidas poderemos dialogar com as entidades que se manifestaram sobre a matéria. Os Vereadores Chico Mineiro, Edmilson Verka e Wilmar Sudoski solicitaram participação no requerimento, sendo que ainda foi lembrada a questão do meio-fio que também gera problemas judiciais. Com a palavra o Vereador Coronel Mário lembrou que em duas reuniões com a AEVC foi questionado sobre alterações pelo Legislativo no Plano Diretor, ainda foi solicitada

que a entidade e o COPLAM participasse das alterações que viessem a ser realizadas. Foi o requerimento solicitado aprovado pela unanimidade. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Com a palavra o Vereador Paulo Glinski em nome dos autores do requerimento, parabenizou as entidades pela participação na matéria que exige discussão técnica, sugeriu ainda o vereador a realização de uma Audiência Pública para discutir o tema, salientando que o requerimento anteriormente solicitado foi feito para dar subsídio ao debate e a transparência da matéria, assim como a questão dos loteamentos, solicitou ainda uma data próxima caso seja marcada uma audiência, tendo em vista que muitos loteamentos no município ainda prescindem de regulamentação e afetam seriamente desenvolvimento municipal. Finalizando ressaltou que a Câmara de nenhuma forma está passando por cima de nenhuma entidade, apenas está usado sua atribuição prepositiva. Com a palavra o Presidente citou que deliberaria com a Mesa a realização de uma Audiência Pública, dada a importância do tema. Com a palavra a Vereadora Telma Bley apoiou o requerimento citado, tendo em vista a importância da regularização fundiária em nosso município, solicitando coautoria no requerimento. Com a palavra o Vereador Chico Mineiro discordou da citação de que "sistematicamente" a Câmara vem alterando o Plano Diretor, pois todas as questões são debatidas no Legislativo ao que foi apoiado pelo Vereador Coronel Mário. Com a palavra o Vereador Wilmar Sudoski apoiou a Audiência Pública pelo nível do debate a ser realizado certamente. O Vereador Edmilson Verka também discordou que sistematicamente a Câmara tem alterado o Plano Diretor, lembrou da atribuição prepositiva do Legislativo ainda apoiou a realização de uma Audiência Pública. Ao final o Presidente justificou a ausência do Vereador Célio Galeski em agenda à Florianópolis e ainda lembrou do dia Mundial do Doador de Sangue citando questões relacionadas ao HEMOSC. Citou ainda que o requerimento sobre o Casarão de Madeira não objetivou responsabilizar a Defesa Civil pela segurança do imóvel, lembrando a questão da preservação do Patrimônio Histórico no município. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando outra para o dia 18 de junho ás dezenove horas. E, para constar, lavrou-se a presente ata que depois de lida e aprovada vai assinada.

Vereador Coronel Mário
Presidente

Vereador Paulinho Basílio
Primeiro Secretário

Vereadora Telma Bley
Segunda Secretária